



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

144  
2

**Embargos de Declaração n. 224.476-0/03**

Embargante: Alesat Combustíveis S/A

Embargado: Livre Trânsito Comércio de Combustíveis Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Embargos De Declaração. Manifestação expressa sobre a prescrição em cumprimento a determinação do STJ. Não ocorrência de prescrição no feito ante a renúncia. Ato de reconhecimento do direito. Recurso com intuito de Modificação do Julgado. Via Inadequada. Objeto Central do litígio tratado no acórdão embargado. Prequestionamento Implícito. Embargos Rejeitados.

1 - A prescrição foi implicitamente refutada no curso das manifestações jurisdicionais deste juízo sobre o caso, tendo em vista ter constatado haver reconhecimento pela Alesat do dano ambiental causado e tentativa de solução do problema. Assim, visível ter a parte renunciado a prescrição ao praticar ato inequívoco de reconhecimento do direito, conforme dispõe o art. 191 do Código Civil, prestando-se a presente decisão a se manifestar expressamente sobre a prescrição para cumprir determinação do STJ.

2 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

3 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível.

3 - Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração na apelação nº **224.476-0/03** em que figuram como Embargante Alesat Combustíveis S/A e como Embargado Livre Trânsito Comércio de Combustíveis Ltda, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade, rejeito os embargos nos termos do voto do relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

MA  
JL

**Embargos de Declaração n. 224.476-0/03**

Embargante: Alesat Combustíveis S/A

Embargado: Livre Trânsito Comércio de Combustíveis Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

O feito originário trata de ação de obrigação de fazer cumulada com indenizatória proposta pela **Livre Trânsito** contra a **Alesat** em razão da ocorrência de dano ambiental provocado no imóvel utilizado comercialmente, impossibilitando-lhe de auferir renda com esse bem.

Ao apreciar o feito o juízo singular proferiu decisão no sentido de determinar a **Alesat** pagar, mensalmente, a quantia de R\$ 7.941,52, a título de antecipação de lucros cessantes, até a finalização da remediação do sítio ambiental.

Contra tal decisão a **Alesat** interpôs agravo de instrumento, tendo este juízo proferido decisão terminativa (fls. 1.239/1.241) dando parcial provimento ao recurso para reduzir a quantia mensal para R\$ 5.000,00.

A **Alesat** interpôs, posteriormente, Recurso de Agravo (224476-0/02), julgado por esta 3ª Câmara Cível, mantendo a responsabilidade da agravante pelo dano ambiental provocado e o custeio mensal no importe de R\$ 5.000,00 (fl. 27).

Em sequência, apresentou a **Alesat** embargos de declaração (224476-0/03) contra o referido acórdão quanto à legislação que rege a responsabilidade por dano ambiental e a existência de prescrição no feito, tendo sido tal recurso rejeitado por esta Corte (fl. 37).

Por fim, a **Alesat** ingressou com Recurso Especial e Agravo no REsp julgado pelo STJ no sentido de determinar a este Tribunal manifestar-se sobre a questão prescricional no feito (fls. 134/136).

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

142  
R

**Embargos de Declaração n. 224.476-0/03**

Embargante: Alesat Combustíveis S/A

Embargado: Livre Trânsito Comércio de Combustíveis Ltda

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Analisando os autos observo já ter este juízo se manifestado amplamente no feito acerca da responsabilidade da **Alesat** pelo dano ambiental causado no imóvel da **Livre Trânsito**, tendo inclusive confessado a responsabilidade e promovido a contratação de empresa especializada para solução do problema (fls. 1.239/1.241 da DT; fls. 25/27 do RA e fls. 35/37 dos ED).

Destaco, inclusive, ter o juízo singular proferido sentença julgando parcialmente procedente a ação originária reconhecendo a responsabilidade da **Alesat** pelo dano ambiental, nos seguintes termos:

*(...) Quanto ao dano ambiental, verifica-se da análise do documento de fls. 197 e 198 e demais documentos constantes nos autos, inclusive laudo, que existe um passivo ambiental.*

***O demandado reconhece a responsabilidade de adotar providências para a realização da recuperação, no entanto, considera que deve ser observada a solidariedade.***

*Uma das características da responsabilidade ambiental brasileira é o fato de que a mesma é solidária, o que implica dizer que concorrem todos aqueles que, de forma direta e indireta, colaboraram para com a atividade que resultou danosa. Ou seja, todos respondem, por ação ou omissão, uma vez que o legislador não limita o perfil do poluidor, estendendo-o ao invés, de tal modo que se fala em poluidor direto e poluidor indireto. Está assentado no artigo 3º, inc. IV, da Lei 6.938/81, quando da conceituação do poluidor, verbis: (...)*

*Assim, dúvidas não restam quanto a responsabilidade solidária para indenização de danos provocados ao meio ambiente. Este, uma vez degradado, permanecerá prejudicando injustamente a vida presente e, principalmente, a vida futura, sendo indispensável encontrar soluções atuais e adequadas para promover a justiça e a equidade.*

*No entanto, o caso em análise trata-se de apuração de responsabilidade entre os co-responsáveis, pela via da responsabilização subjetiva.*

***O demandado possui a responsabilidade perante os autores em proceder com a remediação do passivo ambiental, visto que era o responsável direto pela exploração da atividade comercial, auferindo lucros com comércio, bem como era o possuidor do sistema de abastecimento subterrâneo, cabendo a ele a responsabilidade pela manutenção e conservação do mesmo.***

***Considerando que o réu, poluidor, reconheceu no contrato inicial de locação firmado entre as partes estar recebendo do locador o posto para abastecimento de combustível em condições de uso e funcionamento, e não ter comprovado a entrega do imóvel sem a existência do passivo ambiental,***

*é responsável pelos danos causados ao meio ambiente e a parte autora.  
(...) (original sem destaques)*

**Em relação à prescrição tal matéria foi implicitamente refutada no curso das manifestações jurisdicionais deste juízo sobre o caso, tendo em vista ter constatado haver reconhecimento pela Alesat do dano ambiental causado e tentativa de solução do problema.**

Ora, trata-se de conduta contraditória alegar a prescrição tendo confessado o dano ambiental no imóvel, motivando o juiz singular a rejeitado tal alegação ao proferir sentença na ação originária, nos seguintes termos:

*(...) A arguição de **prescrição não pode prosperar**, visto que existem documentos nos autos, referente as tratativas realizadas pela partes no sentido de resolver o problema, com **reconhecimento da existência do passivo ambiental**.  
(original sem destaques)*

**Dessa forma, visível ter a parte agravante/embargante, Alesat, renunciado a prescrição ao praticar ato inequívoco de reconhecimento do direito, conforme dispõe o art. 191 do Código Civil, verbis:**

*Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.*

Destaco este Tribunal se manifestar sobre a matéria, conforme se infere dos arestos abaixo transcritos:

*DIREITO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. NOTA DE CRÉDITO RURAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ART. 206, § 5º, I C/C ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. **CORRESPONDÊNCIA POSTERIOR DO APELADO REQUERENDO A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. ART. 191 DO CC/2002. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO. (...) Encaminhamento posterior de correspondência pelo apelado demonstrando interesse em renegociar a dívida. Configuração de renúncia tácita à prescrição, conforme previsto no art. 191 do Código Civil de 2002. - Recurso provido para anular a sentença, e ordenar o retorno do feito à vara de origem para regular processamento.**  
(TJ-PE - APL: 38007320118171110 PE 0003800-73.2011.8.17.1110, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 19/12/2012, 2ª Câmara Cível.(original sem destaques)*

**Assim, acaso entendesse não ser responsável pelas ocorrências relatadas nos autos e prescrita a pretensão caberia a Alesat refutar o custeio do dano ambiental, conduta não adotada.**

Pelas razões expostas, verifica-se não haver razão para acatamento da prescrição no feito, tendo em vista expressa aplicação da lei e jurisprudência sobre a matéria, **prestando-se a presente decisão a se manifestar expressamente sobre a prescrição para cumprir determinação do STJ.**

Desse modo, verifica-se, no presente caso, apenas o inconformismo do embargante, quanto às razões que formaram o convencimento desta relatoria,

usadas como fundamentação da decisão embargada, não se podendo falar em qualquer vício da mesma.

Percebe-se a intenção do recorrente, sob o argumento de omissão, pleitear a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos de declaração.

Portanto, a revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a insatisfação da embargante.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica dos arestos adiante, da relatoria dos Desembargadores Sílvio de Arruda Beltrão e Fernando Ferreira:

*PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão)(original sem destaques).*

E mais:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto TEREM SIDO APRECIADOS COM SUFICIÊNCIA, CLAREZA E HARMONIA OS ELEMENTOS DO PROCESSO REALMENTE RELEVANTES PARA SUPORTE DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUESTIONADO, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo. (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008)(original sem destaques).*

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado no seguinte julgado:

*TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

**1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.**

**2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)**

**(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ) (original sem destaques).**

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, e, a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO. RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.**

**1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

**2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.**

**(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(original sem destaques).**

Dessa forma, **rejeito** os presentes embargos de declaração, mantendo-se o acórdão recorrido em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21.1.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
DESEMBARGADOR RELATOR